

[SOS – Direção minimiza problemas e promete soluções, mas temor é que status de universidade estaria ameaçado por descumprimento de exigências legais

Sociedade entra no debate sobre real situação da UEG

Marcos Vieira

Dez anos depois de sua criação, a UEG não resolveu questões básicas que, caso a lei fosse aplicada ao pé da letra, ameaçaria o título de universidade da instituição. É lógico que por questões políticas é praticamente improvável que isso ocorra. A discussão, então, é o quanto essas deficiências comprometem a consolidação da UEG como centro de ensino superior de qualidade.

Em dezembro deste ano a UEG teria que fazer o recredenciamento no Conselho Estadual de Educação (CEE). Um decreto publicado em setembro passado deu fôlego à universidade: a operação deverá ser feita em junho de 2011. Em seu site oficial, a instituição explica a mudança e confirma que “continua normalmente expedindo seus diplomas na condição de universidade” até a nova data.

O último recredenciamento da UEG foi solicitado em outubro de 2003 e aprovado em outubro de 2006, para um período de sete anos com efeito retroativo a 2004. Na época, o reitor Luiz Antônio Arantes firmou um protocolo de compromissos com o CEE, sob a intervenção da Procuradoria Geral do Estado, garantindo uma série de melhorias. Algumas estão atrasadas.

O protocolo solicitava o cumprimento de artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que exige o mínimo de um terço do quadro de docentes com título de mestrado ou doutorado. “Isso nunca ocorreu”, lamenta o professor do curso de História José Santana da Silva, que participa do Fórum de Defesa da UEG. Segundo ele, o que vem acontecendo é um êxodo de profissionais com essa titulação.

O Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) abriu novas vagas na Universidade Federal de Goiás (UFG) que



APESAR DE estar em boas condições, campus da UEG em Anápolis ainda não possui uma infraestrutura completa

acabou absorvendo mestres e doutores da UEG. “Foram pelo menos 30 professores nestes últimos dois anos”, diz Santana. Os profissionais nem sempre ganham salários maiores, mas buscam uma instituição estruturada.

A opinião da direção da UEG é outra. Na página da universidade na internet a afirmação é que existem 781 professores stricto sensu (expressão que se refere ao profissional com pós-graduação) e que a exigência da LDB seria de 702,33. O texto prossegue: “em relação a Anápolis a UEG também cumpre o dispositivo legal”.

As opiniões conflitantes também ocorrem em relação ao número de professores concursados. O professor Santana afirma que os efetivos não perfazem o mínimo exigido. Já em seu site oficial, a UEG afirma que nas unidades de Anápolis isso é cumprindo. Diz ainda que os temporários são contratados por meio de seleção pública. “Hoje somente 1/4 dos professores são efetivos e o percentual dos outros servidores é de 12%”, rebate Santana.

Pelo menos num ponto

as opiniões são parecidas. O professor lembra concurso público com 475 vagas para selecionar e contratar professores prometido desde 2007, mas que nunca saiu do papel. No texto oficial, a UEG joga o problema para o Governo de Goiás. “A publicação do edital depende dos órgãos competentes do governo do Estado e não mais da reitoria”. Em tempo: no início do ano o Estado afirmou que realizará seleção para 16 mil vagas e incluiu a universidade na lista.

Santana também destaca a infraestrutura precária da instituição. Segundo o professor, algumas unidades no interior não possuem prédios próprios e os imóveis alugados não atendem às necessidades. “Niquelândia é um exemplo”, diz. Neste ponto, a resposta oficial é que foram adquiridos “milhares” de livros, construídos prédios de várias unidades e realizadas “inúmeras” reformas físicas.

O professor lamenta o que ele vê como falta de condições para o desenvolvimento de uma carreira acadêmica. “Porque o docente busca mais do que simplesmente ganhar di-

neiro”. Santana classifica a UEG como uma instituição de “terceira categoria” e diz que o CEE é conivente com o descaso do governo e da reitoria. “Melhorias implicariam em mais condições para pesquisa e extensão, que beneficiam diretamente a sociedade”, ressalta.

MOVIMENTO

Os problemas da UEG já provocam reação na sociedade organizada. Economista e advogado, Baltazar José dos Santos tenta aproximar pessoas interessadas em fortalecer a instituição. “Não tenho nenhuma ligação com grupos, apenas entendo que como cidadão preciso lutar para uma universidade que pode ser mais atuante na sociedade”.

No mesmo caminho segue a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia). O presidente da entidade, Ubiratan Lopes, promete agendar um encontro com o reitor no mês de março. Depois disso, seria programado um seminário para debater a UEG. “Queremos saber o que está acontecendo realmente”.

O que diz o texto oficial publicado em novembro de 2009

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, as universidades estaduais e municipais passaram a ser credenciadas e recredenciadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Seus cursos passaram a ser reconhecidos também por esses conselhos. O Ministério da Educação passou a credenciar apenas as instituições federais e particulares. A UEG está recredenciada até dezembro de 2011, por meio da Resolução CEE/CES Nº 11 de 11 de outubro de 2006 e pelo DECRETO Nº 7.004, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009 e somente deverá solicitar novo recredenciamento em junho de 2011, porque essa é uma exigência que está prevista no Art. 29 da Resolução CEE Nº 02 de 06 de julho de 2006. Portanto, até 2011, a UEG continua normalmente expedindo seus diplomas na condição de universidade recredenciada.

O recredenciamento atual foi solicitado pela UEG em outubro de 2003 e foi aprovado em outubro de 2006 para um período de 7 (sete) anos com efeito retroativo a 2004. No ato do recredenciamento, a UEG assinou um Protocolo de Compromisso junto com o CEE e a PGE dispondo-se a cumprir uma série de exigências, entre elas a de realizar concurso para professores e investir em bibliotecas, laboratórios e construção de espaços físicos nas Unidades Universitárias.

A UEG tem feito sua parte, mas existem questões como o concurso, por exemplo, que não dependem exclusivamente da reitoria. Em cumprimento ao Protocolo de Compromisso, a administração superior da instituição fez tramitar nas esferas governamentais o pedido de concurso para quase 500 vagas para docentes, mas a publicação do edital depende dos órgãos competentes do governo do Estado e não mais da reitoria. Mesmo assim, desde a assinatura do Protocolo de Compromisso, a UEG já adquiriu milhares de livros e construiu os prédios de várias Unidades Universitárias bem como realizou inúmeras reformas físicas.

A luta por concurso é necessária e justa, mas também é preciso esclarecer que nas Unidades de Anápolis a maioria dos professores já é concursada. Na UNUCSEH, por exemplo, dos 132 professores, 100 são concursados e apenas uma minoria possui contratos temporários, mas esses temporários são também contratados por meio de seleção pública, conforme resolução do Conselho

Universitário e são todos professores qualificados. Na UNUCET, dos 239 professores, 136 também já são concursados. A situação das Unidades do interior é mais complexa. Nessas Unidades, realmente existe a necessidade urgente de concurso.

A LDB, em seu art. 52, inciso II exige que as universidades possuam um terço de seu corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. A UEG cumpre esse requisito, pois possui 781 professores com stricto sensu enquanto que a exigência da LDB é de 702,33. Em relação às Unidades de Anápolis, a UEG também cumpre o referido dispositivo legal uma vez que dos 132 professores da UnUCSEH, 91 são mestres e/ou doutores, enquanto que a exigência legal é de 44. Na UnUCET a situação é a mesma, dos 239 professores, 178 são mestres e/ou doutores enquanto que a exigência legal é de 79,66.

Até o presente ano, a UEG conta com 2 mestrados próprios (Engenharia Agrícola e Ciências Moleculares) e 1 mestrado em Farmácia realizado em parceria com a PUC de Goiás e a UniEvangélica. No início de 2009 a UEG possibilitou a 9 professores, o ingresso nos cursos de mestrado e doutorado na PUC de Goiás, com fornecimento de Bolsa de estudo. Estão em fase de implantação para o ano de 2010 os seguintes cursos:

- Doutorado em História - em convênio com a Universidade Federal de Fluminense – UFF
- Doutorado em Planejamento – em convênio com o Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Mestrado em Letras - em convênio com a Universidade Federal de Goiás - UFG.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, juntamente com o corpo docente de doutores da UEG, estuda a possibilidade de encaminhamento para a CAPES /MEC de proposta de cursos stricto sensu próprios em 2010 para as seguintes áreas:

- Biologia e Ambientes Sustentáveis
- Educação, Saúde e Desporto Escolar
- Ciências Agrárias

Dos dados expostos, se depreende que há um esforço real por parte da reitoria da UEG para garantir o pleno funcionamento e o pronto atendimento das necessidades da comunidade. O que resta a cumprir não faz parte necessariamente de um empenho gerencial, mas de uma luta que deve ser encampada por toda comunidade universitária.

Missão comercial visita países do leste europeu

Agropecuária, indústria e comércio exterior, energia, educação e meio ambiente. Esses são os temas de interesse de Goiás que devem ser tratados na missão comercial goiana, liderada pelo governador Alcides Rodrigues, para a Ucrânia, Bielo-Rússia, República Tcheca e Polônia. A missão do Leste Europeu está programada para o período de 13 a 25 de fevereiro. O anapolino Luiz Medeiros, titular da Secretaria de Indústria e Comércio, faz parte da comitiva de Goiás.

A intenção é programar a realização de um seminário em Kiev, capital da Ucrânia, para apresentar as potencialidades econômicas de Goiás e, em seguida, promover rodadas de negócios entre empresários goianos

e ucranianos. A Embaixada do Brasil na Ucrânia informou que foram enviadas solicitações para todos os Ministérios que atuam nas áreas de interesse listadas pelo Estado.

Segundo o governo, existe interesse por parte das universidades ucranianas de fazer intercâmbio acadêmico com universidades goianas. Em dezembro último, por ocasião da visita oficial do presidente Lula à Ucrânia, foi assinado o acordo “guarda-chuva” na área de educação. Goiás deve ser o primeiro Estado a aproveitar para firmar intercâmbio educacional nos setores de física e espacial.

CHINA

Já na terceira missão comercial goiana à China,

marcada para abril próximo, o Governo de Goiás vai apresentar às autoridades chinesas projeto de expansão da produção de soja no Estado. Estudo preliminar elaborado pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento prevê a expansão do cultivo de soja em mais 1,7 milhão de hectares em áreas no Norte Goiano, o que aumentaria 5 milhões de toneladas na produção goiana que, em 2010, deve chegar a 7 milhões de toneladas.

Para viabilizar o projeto, são necessários investimentos totais de R\$ 5,1 bilhões. Os recursos devem ser destinados ao custeio agrícola, investimentos em novas plantas industriais de esmagamento do grão e na melhoria da logística

para escoamento da safra (rodovias já existentes e novas ligações com a Ferrovia Norte-Sul). As áreas a serem utilizadas são pastagens degradadas, num processo de integração lavoura-pecuária, sem necessidade de novos desmatamentos.



LUIZ Medeiros viaja com a comitiva